

Parecer Técnico FEAM/URA CM - CAT nº. 65/2024

Belo Horizonte, 30 de setembro de 2024.

Parecer Único de Licenciamento Simplificado nº 1371/2024			
Nº Documento do Parecer Único vinculado ao SEI: Parecer (98425153)			
Processo SLA: 1371/2024		SITUAÇÃO: sugestão pelo deferimento	
EMPREENDEDOR:	MULTITECNICA INDUSTRIAL S.A	CPF/CNPJ:	71.013.916/0001-24
EMPREENDIMENTO:	MULTITECNICA INDUSTRIAL S.A	CPF/CNPJ:	71.013.916/0001-24
MUNICÍPIO:	Sete Lagoas	ZONA:	rural
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: <ul style="list-style-type: none">Não há incidência de critério locacional			
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/17):	CLASSE:	CRITÉRIO LOCACIONAL
A-05-01-0	Unidade de Tratamento de Minerais - UTM	2	0
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:		REGISTRO/ART:	
Roger Alves da Silva - Eng. Ambiental		MG20243117586	
AUTORIA DO PARECER		MATRÍCULA	
Rejane M. S. Sanches Gestora Ambiental - URA CM		1.401.498-9	

Revisado por: Marcos Vinícius Martins Ferreira Gestor Ambiental - URA CM	1.269.800-7
De acordo Luis Gabriel Menten Mendoza Coordenador de Análise Técnica - URA CM	1.405.122-1



Documento assinado eletronicamente por **Rejane Maria da Silva Sanches**, **Servidor(a) Público(a)**, em 30/09/2024, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Vinicius Martins Ferreira**, **Servidor(a) Público(a)**, em 30/09/2024, às 15:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luis Gabriel Menten Mendoza**, **Coordenador**, em 30/09/2024, às 16:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **98417715** e o código CRC **FF6A7D25**.



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS)

Em **31/07/2024**, foi formalizado, via Sistema de Licenciamento Ambiental (SLA), o processo de licenciamento ambiental nº **1371/2024**, do empreendimento **MULTITECNICA INDUSTRIAL S.A.**, a instalado em zona rural do município de **Sete Lagoas/MG**, à Rodovia MG 238, Km 53,6, na modalidade de licenciamento ambiental simplificado (LAS), via relatório ambiental simplificado (RAS).

A atividade a ser licenciada por meio deste processo foi enquadrada, conforme Deliberação Normativa (DN) Copam 217/2017, como Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a seco (A-05-01-0), com capacidade instalada de 250.000t/ano – porte pequeno – classe 2.

Em julho de 2023, o empreendimento teve negada a solicitação (SLA 1269/2023) para a mesma atividade em função de terem sido identificadas intervenções ambientais irregulares.

Salienta-se que o empreendimento é detentor de licença ambiental simplificada (LAS/Cadastro) 477/2019, para o exercício da atividade Formulação de adubos e fertilizantes (C-04-19-7), com capacidade instalada de 120.000t/ano. O início de operação, conforme declarado no SLA, ocorreu em 13/02/2003.

Posteriormente, foi concedida a Renovação de LO (Certificado 039/2021), por meio do processo 00403/1997/032/2017. Trata-se, desse modo, de empreendimento de classe 4 e porte G, regularizado a realização das atividades:

- “C-04-01-4 Produção de substâncias químicas e de produtos químicos inorgânicos, orgânicos, organo-inorgânicos, exceto produtos derivados do processamento do petróleo, de rochas oleígenas, do carvão-de-pedra e da madeira”, que segundo a DN COPAM nº 217/2017, esta atividade possui Potencial Poluidor/Degradador Médio, e como o empreendimento possui uma Área Útil de 13,96 hectares destinada à esta atividade o seu Porte é considerado Grande, portanto, enquadrando-se na Classe 4;
- “C-04-19-7 Formulação de adubos e fertilizantes”, que segundo a DN COPAM nº 217/2017, esta atividade possui Potencial Poluidor/Degradador Pequeno, e como o empreendimento possui uma Capacidade Instalada de produção de 150.200,0 toneladaspor ano para essa atividade o seu Porte é considerado Médio, portanto, enquadrando-se na Classe 1;
- “F-06-01-7 Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação”, que segundo a DN COPAM nº 217/2017, esta atividade possui Potencial Poluidor/Degradador Médio, e como o empreendimento possui uma Capacidade de Armazenamento de 25,0 m3 o seu Porte é considerado Pequeno, portanto, enquadrando-se na Classe 2;
- “F-05-12-6 Aterro para resíduos não perigosos - Classe II-A e II-B, exceto resíduos sólidos urbanos e resíduos da construção civil”, que segundo a DN COPAM nº 217/2017, esta atividade possui Potencial Poluidor/Degradador Médio, e como o empreendimento possui uma Área Útil destinada à esta atividade de 0,97 hectares o seu Porte é considerado Pequeno, portanto, enquadrando-se na Classe 2.

Salienta-se que, embora tenha conste de ata (doc SEI 94242863), possível alteração da atividade pleiteada (A-05-01-0), no decurso da análise técnica considerou-se adequado o



enquadramento da atividade descrita pelo empreendedor no código acima, tendo em vista tratar-se de cominuição de mineral metálico para a utilização no processo produtivo.

O processo foi instruído com RAS elaborado pelo Eng. Ambiental Roger Alves da Silva, inscrito no CREA/MG sob o nº SP 5069678914 e portador da anotação de responsabilidade técnica (ART) MG20243117586, e a caracterização do empreendimento, aspectos, impactos e medidas de controle neste parecer expostas têm por origem tal documento e demais outros anexos a esse no SLA.

Conforme informações da Infraestrutura de Dados Espaciais – IDE Sisema, o empreendimento está situado em **área prioritária para conservação da biodiversidade de categoria extrema** (Província Cárstica de Lagoa Santa).

Imagem 01: Localização do empreendimento pretendido em face da rede hidrográfica local



Fonte: Infraestrutura de Dados Espaciais – IDE Sisema, acesso em 19/08/2024.

O empreendimento encontra-se implantado nas propriedades rurais denominadas Fazenda Quinducha e Fazenda Jacuí inscritas no Cadastro Ambiental Rural (CAR) sob o nº MG-3167202-8576.B2F5.FAEB.4A9A.A569.7F9F.A26B.1DF9, registradas sob as matrículas 47.637 e 29.160, no livro 2-RG do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Sete Lagoas, conforme recibo apresentado.

Segundo consta do mesmo documento, a área total do imóvel é de 40,7071ha e dessa, 7,2003ha de área de reserva legal e 1,6332 de área de preservação permanente (APP).

Ressalta-se que conforme inciso IV do art. 5º da resolução conjunta SEMAD/IEF Nº 3.132/2022, abaixo transcrito, a análise do CAR no âmbito dos processos de licenciamento ambiental simplificado deve ser realizada pelas Unidades Regionais de Florestas e Biodiversidade (URFBios), do Instituto estadual de Florestas (IEF).

Art. 5º – A análise dos cadastros inscritos no SICAR Nacional será realizada por meio do Módulo de Análise do SICAR Nacional, pelo Instituto



Estadual de Florestas – IEF – e pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad.

§ 1º – A análise dos cadastros previstos no caput será realizada:

(...)

III – por intermédio das Unidades Regionais de Florestas e Biodiversidade – URFBios – do IEF, quando a análise estiver vinculada a processos de intervenção ambiental, ou conforme priorização estabelecida no art. 15;

IV – por intermédio das URFBios do IEF, quando a análise estiver relacionada a processos de licenciamento ambiental simplificado – LAS – sem autorização para intervenção ambiental vinculadas, de acordo com a priorização estabelecida no art. 15.

Ainda com relação ao imóvel, foi apresentado apenas o documento de registro da matrícula 47.637, cuja área total é de 15,92ha e, de acordo com a planta planialtimétrica juntada aos outros, bem como arquivos digitais dos quais esta foi originada, a atividade pretendida será neste implantada.

Imagem 02: Área diretamente afetada pelo empreendimento (polígono vermelho) em face da área do imóvel (polígono amarelo), área de reserva legal (polígono verde) e área de preservação permanente (polígono laranja)



Fonte: Documentos de formalização do processo – SLA, 2024.

A fim de sanar a causa do indeferimento do processo SLA 1269/2023, foi juntado, no ato da formalização, o documento de **Autorização para Intervenção Ambiental nº2100.01.0038662/2023-46**, emitido pelo Instituto Estadual de Florestas/URFBio Centro Norte - Núcleo de Regularização e Controle Ambiental em 15/03/2024, dando conta da



supressão de 0,1ha de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo, em caráter corretivo; do corte ou aproveitamento de 35 árvores isoladas nativas vivas, em caráter corretivo e do corte ou aproveitamento de 82 árvores isoladas nativas vivas, sendo essas, nas áreas abaixo indicadas.

Imagem 03: Localização das áreas intervindas e a intervir



Fonte: Parecer nº 10/IEF/URFBIO CN - NUREG/2024 que subsidiou a emissão da Autorização para Intervenção Ambiental nº 2100.01.0038662/2023-46, disponível em: https://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/consulta-intervencao/uploads/032024/19873_PqkNA-41Yqv31pfXB4fv.pdf. Acesso: 28/08/2024.

Conforme declarado, a ADA possui área total de 2,1ha, a ser utilizada para a instalação da planta de beneficiamento e depósito de materiais. Para operação da UTM, foi informado que são necessários 18 funcionários que desempenharão suas atividades em 02 turnos/dia, 07 dias por semana.

O processo produtivo da nova atividade baseia-se no beneficiamento (a seco) do minério de manganês a ser adquirido de terceiros (mineradoras devidamente licenciadas) e transportado até o empreendimento em caminhões basculantes, conforme declarado no RAS. Após a britagem e classificação os produtos principais da atividade serão materiais com granulometria de 0 – 3,2 mm e de 3,2 – 10 mm, para a utilização no processo produtivo de fertilizantes, nos termos do declarado no Relatório Técnico do Projeto de Ampliação do Processo de Redução de Granulometria do Manganês.

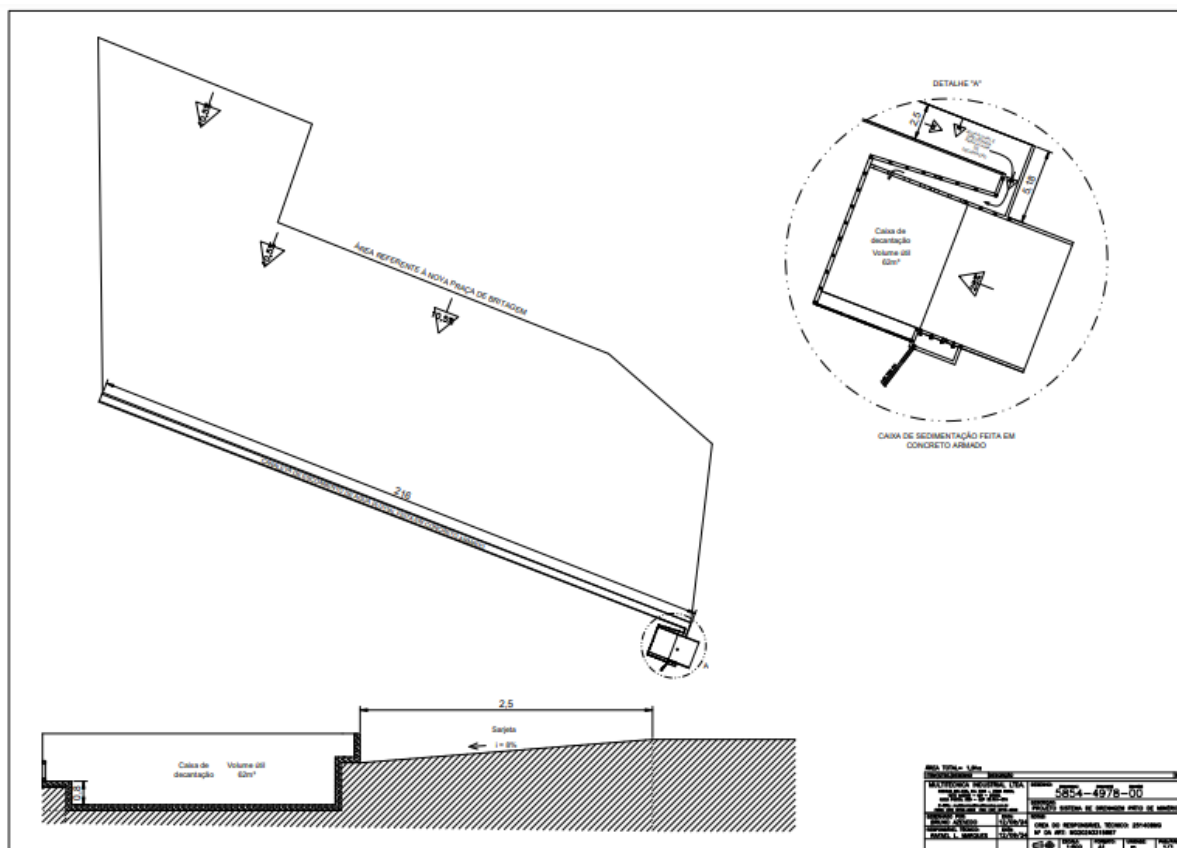
Para tal, informou-se que serão utilizados as seguintes máquinas e equipamentos: 02 caminhões basculantes de capacidade de 08t; 02 pás carregadeiras de capacidade de 02t e a planta de beneficiamento, composta por britador e pedreira, de capacidade de 250.000t/ano. Porém, conforme informado, a “planta está sendo concebida para uma capacidade de processamento de 80 t/h (oitenta toneladas por hora), operando de forma contínua de segunda a sexta-feira, das 10h às 16h”.

Consta também da documentação que a atividade não implicará na geração de resíduos, uma vez que todo o material britado será absorvido. Tal qual não serão gerados vapores quando do processamento do produto final. Pela natureza da atividade (UTM a seco), também não serão gerados efluentes líquidos.

O sistema de drenagem para a ADA é composto por canaletas em solo, canaletas impermeabilizadas, bueiros e bacia de decantação.

O projeto foi elaborado pelo Eng. Civil Rafael Lopes Marques, inscrito no CREA/MG sob o n. 251408MG, sob a ART n. MG20243336267, conforme informado por meio da respostas à IC n. 01, abaixo reproduzido.

Imagem 04: Projeto do sistema de drenagem



Fonte: SLA, resposta à IC n. 01 (id 294914).

Consta ainda da resposta, que o sistema está implantado (id 294911).

O consumo de água, a geração de efluentes líquidos sanitários, geração de emissões atmosféricas, geração de resíduos sólidos de características urbanas e de ruídos, foram elencados como principais impactos ambientais gerados.



Com relação ao uso de recursos hídricos no empreendimento, foi informado o uso de até 0,50 m³/dia no consumo humano (sanitários, refeitório, etc) e até 5 m³/dia na aspersão das vias (totalizando 5,5 m³/dia). Foram apresentadas as seguintes portarias de outorga:

- Portaria nº 308171/2019 (processo 42356) - captação de água subterrânea com vazão de 7,0 m³/h, durante 12 horas/dia (totalizando 84 m³/dia), nas coordenadas geográficas de lat 19°29'44,22"S e long 44°18'30,24"W, cujo pedido de renovação foi protocolado por meio do Recibo de entrega de documentos 0400839/2024;
- Portaria nº 308166/2019 (42380) - captação de água subterrânea com vazão de 50,0 m³/h, durante 12 horas/dia (totalizando 600 m³/dia), nas coordenadas geográficas de lat 19°29'39,68"S e long 44°18'08,30"W, cujo pedido de renovação foi protocolado por meio do Recibo de entrega de documentos 0401169/2024;
- Portaria nº 308167/2019 - captação de água subterrânea com vazão de 12,0 m³/h, durante 12 horas/dia (totalizando 144 m³/dia), nas coordenadas geográficas de lat 19°29'48,13"S e long 44°18'30,87"W, cujo pedido de renovação foi protocolado por meio do Recibo de entrega de documentos n. 0401010/2024; e
- Portaria nº 308519/2019 - captação de água subterrânea com vazão de 35,0 m³/h, durante 12 horas/dia (totalizando 420 m³/dia), nas coordenadas geográficas de lat 19°29'45,0"S e long 44°18'34,10"W (válida até 2029).

Salienta-se que os processos administrativos para renovação das portarias de outorga de direito de uso de recursos hídricos foram formalizados em 13/08/2024, conforme acima explicitado por meio dos números dos recibos de entrega de documentos informados em resposta à IC n. 02 (id 294918). E, consoante ao artigo 13 do Decreto nº 47.705/2019,

[o] pedido de renovação de outorga de direito de uso dos recursos hídricos formalizado até a data limite de vigência da respectiva portaria acarretará a prorrogação automática da outorga anteriormente concedida, até a manifestação final do Igam.

Conforme informado, o projeto não prevê aumento da utilização de água além do limite atualmente outorgado, pois não utiliza água em seu projeto.

Com relação aos efluentes líquidos sanitários, estes são destinados para tratamento em sistema fossa séptica-filtro-sumidouro instalado às coordenadas geográficas 19°29'44.09"S 44°18'23.00"O, que atende às demais atividades.

Para mitigar às emissões atmosféricas geradas na planta de beneficiamento (peneira e britador) e pela movimentação de máquinas e veículos (gases de combustão) na área do empreendimento, estão previstas medidas como a aspersão das vias do empreendimento; a instalação de placas de velocidade na área interna do empreendimento, com limite de velocidade de 20 km/hora; a manutenção preventiva e corretiva de máquinas e equipamentos; a implantação de cortina verde em todo entorno do empreendimento e o enlombamento das cargas em caminhões que transportam a matéria prima e o produto final.

Com relação à proposta de implantação de cortinamento arbóreo, foi apresentado o projeto deste em resposta à IC n. 04 (id 294937), elaborado sob a responsabilidade técnica do Eng. Ambiental Roger Alves da Silva inscrito no CREA/MG sob o nº 2614953946, cuja ART é MG20243308667.

Embora tenha sido solicitado que o projeto fosse elaborado considerando, preferencialmente, espécies nativas, optou-se, pela espécie *Eucalyptus globulus*, em função desta, segundo

argumentado, possuir “crescimento acelerado, alcançando uma altura significativa em um período relativamente curto”.

A área de implantação da medida está abaixo identificada.

Imagem 05: Área de implantação da cortina arbórea



Fonte: SLA, resposta à IC n. 04 (id 294937)

Segundo informado, a área em destaque na imagem abaixo já conta com cortina arbórea implantada.

Imagem 06: Cortina arbórea implantada



Fonte: SLA, resposta à IC n. 04 (id 294937)

As ações para a implantação estão previstas no cronograma reproduzido na Imagem 07.



. **Imagem 07:** Cronograma de implantação da cortina arbórea na área indicada na Imagem 06

Ações	Nov/24	Dez/24	Jan/25	Fev/25	Mar/25	Abr/25	Mai/25	Jun/25
Preparo da Terra								
Plantio								
Coroamento								
Combate a Pragas								
Irrigação Manual								
Acompanhamento								

Fonte: SLA, resposta à IC n. 04 (id 294937)

Contudo, considerando que há imóveis com características residenciais (Imagem 04), distando entre 408 e 594m do limite da área destinada à implantação da planta de beneficiamento, solicitou-se, por meio da IC n. 03, a elaboração de Estudo de Direcionamento do Fluxo de Ar conclusivo em relação ao empreendimento.

Imagem 08: ADA em face das residências próximas



Fonte: Google Earth Pro, acesso em 29/08/2024.

Em resposta, foi informado (id 294922) que o

estudo de dispersão já foi concluído e indica que o **fluxo de particulado é direcionado de Leste para Oeste**. Esta informação é evidenciada pelas capturas de tela apresentadas a seguir, extraídas do relatório técnico produzido, disponibilizado como anexo.



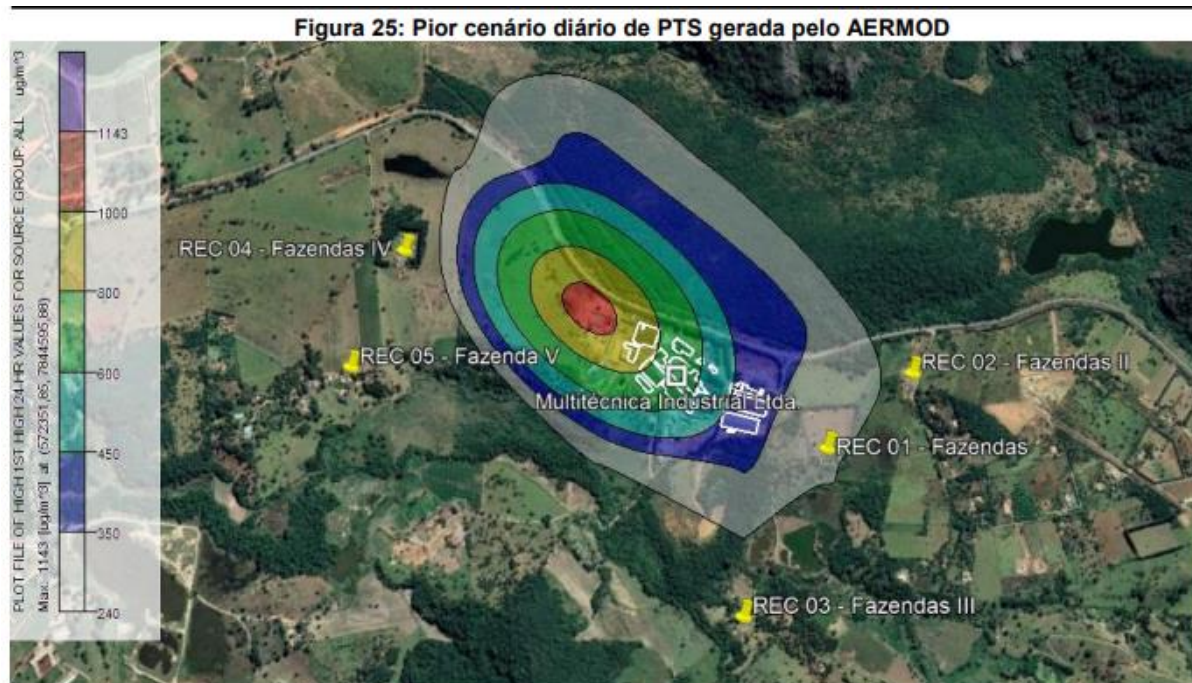
Adicionalmente, é importante destacar que o relatório foi submetido em cumprimento à condicionante do licenciamento nº 039/2021 através do protocolo 45163695 na data de 14/04/2022 da Multitécnica Industrial S.A. Embora o relatório ainda não tenha sido apreciado pela FEAM até o momento do peticionamento desta IC, o ponto de monitoramento especificado no relatório técnico está sendo objeto de ações de automonitoramento ambiental, conforme previsto.

E conclui, afirmando que “até mesmo no pior cenário estudado, a dispersão não se aproxima de nenhum dos pontos de moradia próxima”.

Em complemento, foram juntados os relatórios de monitoramento da qualidade do ar realizados em fevereiro (id 294928) e abril (id 294927) do corrente ano. Ambos os monitoramentos foram realizados no denominado RA 0208R/24 – PONTO 01 (19°29'37.34"S/ 44°18'3.32"O), que distam em muito das residências indicadas na Imagem 08.

Todavia, foi juntado o Estudo de Dispersão Atmosférica (EDA) e Plano de Monitoramento da Qualidade do Ar (PMQAr), realizado em 2022 (id 294935). Neste estudo, está disposta a imagem abaixo reproduzida, que indica a pluma de dispersão de particulados em cenário diário. De acordo com a simulação (Imagem 09), esta não atinge as residências mais próximas da UTM a ser instalada. Sendo o mesmo válido para a simulação anual (Imagem 10)

Imagem 09: Cenário diário de dispersão

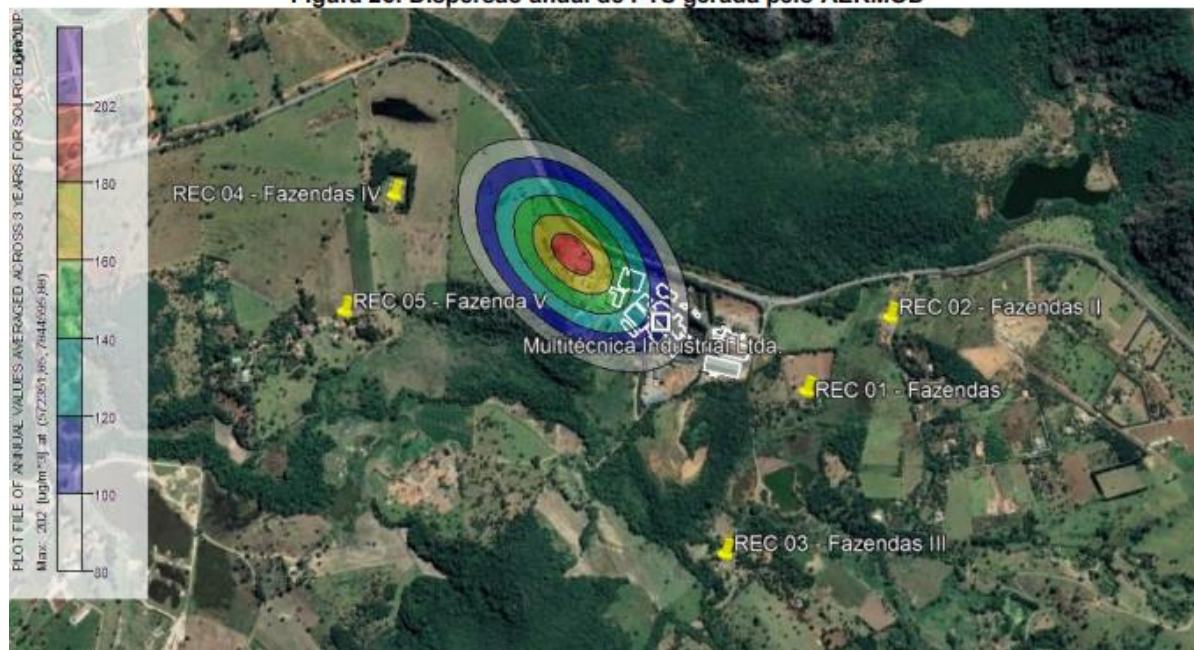


Fonte: Pluma do AERMOD exportada para o Google Earth

Fonte: SLA, resposta à IC n. 03 - Estudo de Dispersão Atmosférica (EDA) e Plano de Monitoramento da Qualidade do Ar (PMQAr), (id 294935).

Imagem 10: Cenário anual de dispersão

Figura 26: Dispersão anual de PTS gerada pelo AERMOD



Fonte: Pluma do AERMOD exportada para o Google Earth

Fonte: SLA, resposta à IC n. 03 - Estudo de Dispersão Atmosférica (EDA) e Plano de Monitoramento da Qualidade do Ar (PMQAr), (id 294935).

Ao final do estudo, concluiu-se que

[f]undamentado nos resultados estimados na simulação, conclui-se que as emissões atmosféricas geradas pelo processo produtivo da Multitécnica geram pontos de concentrações nas piores condições meteorológicas da região em relação aos poluentes PTS (Partículas Totais em Suspensão) e PM10 (Partículas Inaláveis) superiores aos limites diários estabelecido pela legislação CONAMA nº 491/2018, dentro do empreendimento onde regem as normas de segurança e higiene ocupacional e nas redondezas próximas do empreendimento.

Quanto aos resíduos sólidos a serem gerados na nova atividade, está prevista para a fase de instalação, a geração de 15Kg/mês de sucatas metálicas a serem dispostas em caçambas de empresas devidamente licenciadas para a prestação do serviço até que sejam encaminhadas para a Reciclagem e 5kg/mês de estopas contaminadas com óleo e graxa a serem acondicionados em tambor metálico devidamente identificado conforme a tipologia (Resíduo classe I - Perigosos) para que posteriormente sejam encaminhados para coprocessamento ou incineração em empresas devidamente licenciadas.

Quanto à geração de ruídos, prevê-se que a mitigação dos impactos será realizada por meio de manutenção periódica dos veículos e equipamentos e através do controle de velocidades nas áreas de circulação.



Por fim, tem-se o cronograma de implantação da atividade pleiteada, reproduzido na imagem abaixo.

Imagem 11: Cronograma de implantação

CRONOGRAMA NOVA PLANTA BRITAGEM - UTM										
Descrição	1º mês	2º mês	3º mês	4º mês	5º mês	6º mês	7º mês	8º mês	9º mês	10º mês
Desenvolvimento										
Serviços de terraplanagem e compactação										
Aquisição equipamentos										
Serviços de Construção Civil										
Serviços de Montagem Mecânica										
Serviços de Montagem Elétrica										
STARTUP										

Fonte: SLA, resposta à IC n. 05 (id 294938)

Deste modo, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), nos autos do processo, bem como nas respostas às ICs, sugere-se o **deferimento** do pedido de Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento “Multitécnica Industrial Ltda”, para arealização das atividades “Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a seco” (código A-05-01-0), no município de Sete Lagoas/MG.

Ressalta-se que a responsabilidade pela elaboração dos estudos está vinculada aos profissionais que os elaboraram e ao empreendedor. Nesse sentido, a Resolução CONAMA 237, de 19 de dezembro de 1997, em seu art. 11, dispõe:

Art. 11 - Os estudos necessários ao processo de licenciamento deverão ser realizados por profissionais legalmente habilitados, a expensas do empreendedor.

Parágrafo único - O empreendedor e os profissionais que subscrevem os estudos previstos no caput deste artigo serão responsáveis pelas informações apresentadas, sujeitando-se às sanções administrativas, civis e penais.



ANEXO I

Processo SLA n.º 1371/2024 Condicionantes da Licença Ambiental Simplificada - LAS do empreendimento MULTITECNICA INDUSTRIAL S.A.

Fase de Instalação

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes (resíduos sólidos).	Durante a vigência da licença.
02	Realizar aspersão de água diariamente nas vias de tráfego de veículos e área instalação da UTM ao longo da terraplangem e compactação.	Durante a fase de instalação
03	Apresentar relatório técnico fotográfico, com a devida anotação de responsabilidade técnica (ART) do profissional, comprovando a implantação das placas de velocidade na área interna do empreendimento, com limite de velocidade de 20 km/hora, conforme informado. As fotografias deverão contar com coordenadas geográficas e data.	Antes do início da fase de operação do empreendimento
04	Apresentar relatório técnico fotográfico, com a devida anotação de responsabilidade técnica (ART) do profissional, comprovando a implantação da cortina arbórea. As fotografias deverão contar com coordenadas geográficas e data.	Antes do início da fase de operação do empreendimento
05	Informar ao órgão ambiental a data de início da operação do empreendimento.	Em até 10 dias após a data de início da operação

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da URA-CM, face ao desempenho apresentado;

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.



Fase de Operação

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes (resíduos sólidos).	Durante a vigência da licença
02	Realização diariamente aspersão de água nas vias de tráfego de veículos, sobretudo nos trechos próximos às UTM, ao longo do ano e intensificar nas estações secas de cada ano.	Durante a vigência da Licença
03	Apresentar relatório técnico fotográfico semestral, com a devida anotação de responsabilidade técnica (ART) do profissional, comprovando a limpeza/manutenção do sistema de drenagem do empreendimento. As fotografias deverão contar com data e coordenadas geográficas.	Anualmente. Durante a vigência da Licença
04	Realizar o enlonação das pilhas de material que estiverem estocadas no pátio do empreendimento, sobretudo durante a estação seca.	Durante a vigência da Licença
05	Apresentar relatório técnico fotográfico semestral, com a devida anotação de responsabilidade técnica (ART) do profissional, comprovando a manutenção da cortina arbórea. As fotografias deverão contar com coordenadas geográficas e data.	Anualmente. Nos primeiros 05 (cinco) anos da licença

*** Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.**

IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da URA-CM, face ao desempenho apresentado.

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.



ANEXO II

Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento Processo SLA n.º 1371/2024 do empreendimento MULTITECNICA INDUSTRIAL S.A.

1. Resíduos Sólidos

Enviar anualmente à URA CM, os relatórios mensais de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados contendo, no mínimo, os dados do modelo abaixo, bem como a identificação e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

Resíduo				Transportador		Disposição final				Obs.	
Denominação	Origem	Classe NBR 10.004 ¹	Taxa de geração kg/mês	Razão social	Endereço completo	Forma ²	Empresa responsável				
							Razão social	Endereço completo	Licenciamento ambiental		
									Nº processo		Data da validade

(¹) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(²) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial

- 1- Reutilização
- 2 - Reciclagem
- 3 - Aterro sanitário
- 4 - Aterro industrial
- 5 - Incineração
- 6 - Co-processamento
- 7 - Aplicação no solo
- 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)
- 9 - Outras (especificar)

Em caso de transporte de resíduos sólidos Classe I - perigosos, deverá ser informado o número e a validade do processo de regularização ambiental do transportador.

Em caso de alterações na forma de disposição final dos resíduos sólidos em relação ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos apresentado, a empresa deverá comunicar previamente à Supram para verificação da necessidade de licenciamento específico.

Fica proibida a destinação de qualquer resíduo sem tratamento prévio, em áreas urbanas e rurais, inclusive lixões e bota-fora, conforme Lei Estadual nº 18.031/2009. Para os resíduos sólidos Classe I – perigosos, e para os resíduos de construção civil, a referida lei também proíbe a disposição em aterro sanitário, devendo, assim, o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente quanto à destinação adequada desses resíduos. Os resíduos de construção civil deverão ser gerenciados em conformidade com as Resoluções Conama nº 307/2002 e nº 348/2004.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor. Desse modo, as notas fiscais de vendas e/ou movimentação, bem como documentos identificando as doações de resíduos poderão ser solicitados a qualquer momento para fins de fiscalização. Portanto, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.